



Diagnóstico mostra: interação Homem-Natureza forjou 13 “amazônias” diferentes

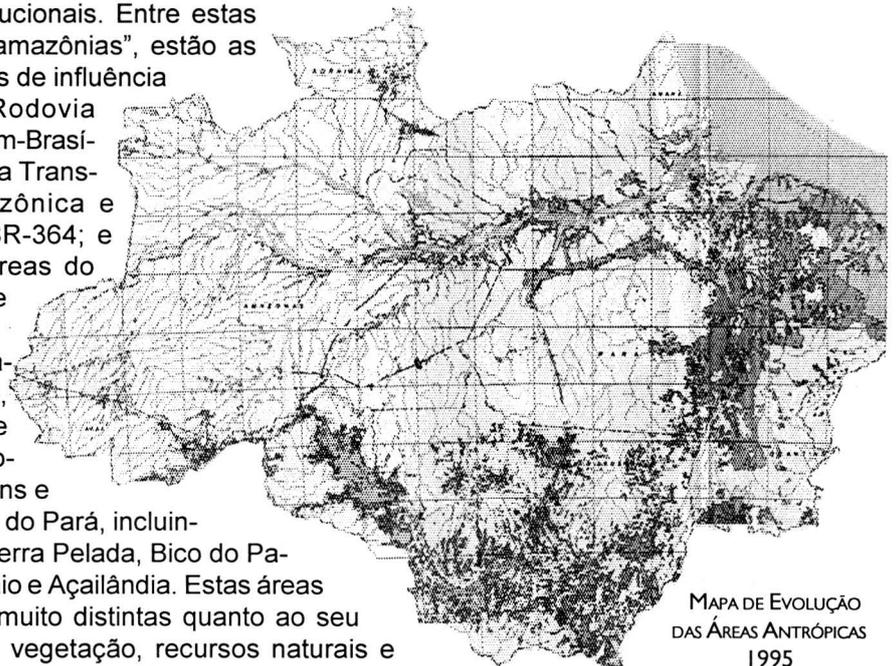
A Amazônia Legal, que ocupa cerca de 60% do território nacional, costuma ser pensada como uma enorme floresta densa, muito pouco povoada, com alguns grupos indígenas e *habitat* de espécies exóticas. No entanto, essa Amazônia apresenta, hoje, uma outra face – de características urbanas –, onde mais da metade dos 18 milhões de habitantes se concentra em cidades e vilas. Esta convivência do homem com a natureza não tem sido fácil: por um lado, problemas de pobreza, saúde e conflitos sociais; por outro, sérias ameaças à preservação das condições ambientais da região.

O projeto *Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal*, que o IBGE acaba de entregar à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, mostra que a história produzida por esta interação Homem – Natureza forjou pelo menos 13 “amazônias” diferentes, com situações críticas a muito críticas no que diz respeito à qualidade ambiental, ou seja, em termos ecológicos, sociais, econômicos e político-

institucionais. Entre estas 13 “amazônias”, estão as áreas de influência

da Rodovia Belém-Brasília, da Transamazônica e da BR-364; e as áreas do oeste do Maranhão, norte do Tocantins e

leste do Pará, incluindo Serra Pelada, Bico do Papagaio e Açailândia. Estas áreas são muito distintas quanto ao seu solo, vegetação, recursos naturais e padrões de colonização, e por isto requerem políticas de preservação ambiental também diferenciadas. Em alguns casos, são necessárias medidas corretivas urgentes; nos demais, são necessárias políticas de médio e lon-



MAPA DE EVOLUÇÃO DAS ÁREAS ANTRÓPICAS 1995

go prazo que permitam compatibilizar a ação e a presença humana com as condições de cada área, dentro de um ideal de desenvolvimento sustentável. (Página 3)

Safra do ano que vem: área plantada deve ser menor

A área plantada e a intenção de plantio para a próxima safra, no Centro-Sul e em Rondônia, indicam redução de quase 2,3 milhões de hectares. Deverão ser plantados 27,216 milhões de ha, segundo o *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola* realizado em outubro. Somente quatro dos treze produtos pesquisados vão ter área ampliada: cebola, fumo e primeiras safras do amendoim e da batata-inglesa, cuja perspectiva de crescimento é de 9,3%, devido aos bons preços alcançados este ano. Perdem área os cultivos da soja, arroz, algodão herbáceo, primeira safra do fei-

jão e do milho, mandioca e tomate. Para a mamona e a cana-de-açúcar a previsão é de estabilidade. A soja apresenta redução de 10,9%, com tendência de mesmo comportamento em todas as regiões produtoras, principalmente em Mato Grosso (-27%). Isto pode ser debitado a problemas de crédito, endividamento e alto custo da produção, além da necessidade de rotação de cultura para prevenir pragas e doenças, hoje presentes nas lavouras do Centro-Oeste. Esta queda é próxima da verificada na área destinada ao arroz: -0,1%.

Nascimentos hospitalares e atendendo a pedidos

..... pág. 2

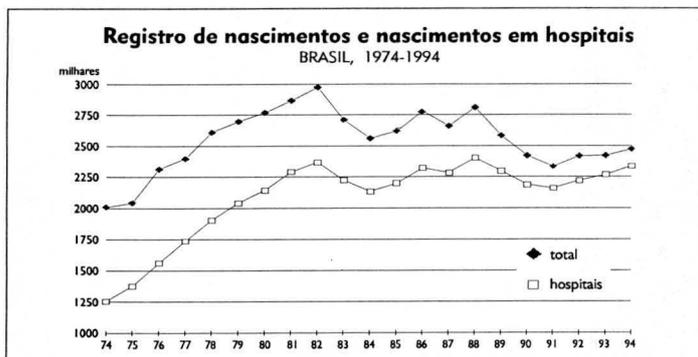
Produção de trigo e pecuária

..... pág. 3

Indicadores conjunturais mais recentes

..... pág. 4

Aproximadamente 95% das crianças nascem em hospitais



Esta proporção é a maior desde 1974, quando não alcançava os 63%. Em números absolutos, passou de 1,3 milhão de nascimentos para 2,3 milhões, de acordo com *Estadísticas do Registro Civil*. O movimento é ascendente, também, nas Grandes Regiões.

Considerando os últimos dez anos, a alta de 11 pontos percentuais na proporção em termos nacionais foi puxada, principalmente, pelo Nordeste e pelo Norte. Isto pode ser explicado pelos elevados índices de registros tardios feitos por uma população culturalmente desacostumada a registrar seus filhos. Além disso, contribui também o fato de os cartórios serem distantes. Permanecem na liderança o Sul, Centro-Oeste e Sude-

te, sendo que os dois últimos trocaram de posição, de 1984 para 1994, com nítida influência da participação do Distrito Federal, com 99% dos nascimentos em hospitais. Concorreu para isso a alta taxa de urbanização do Centro-Oeste, que só foi superada pela do Sudeste.

A situação melhorou, também, para o conjunto dos municípios das capitais do Sudeste e em suas regiões metropolitanas, onde cerca de 98% das crianças nascem em hospitais (contra 97% do total da região). O mesmo ocorre no Nordeste, só que os 98% passam a ser comparados a um total de 88%, o que evidencia o fato de os maiores problemas se concentram ainda no interior.

Atendendo a pedido

□ David T. Anderson, engenheiro de sistemas na Siemens, em Poole/Dorset, Inglaterra, solicita dados sobre população e renda per capita no Brasil.

A renda per capita, em 1994, foi estimada em R\$2.313,00. Leva em conta as projeções de 153.725.670 habitantes e o valor monetário de R\$355,6 bilhões para o PIB, com o deflator implícito indicando variação média dos preços da economia de 2.295%. Em relação a 1993, o crescimento real do PIB chegou a 5,8% e o da renda per capita a 4,3%. Serão divulgados até o próximo mês de março, os resultados referentes a 1995, quando projeções feitas a partir do Censo de 1991 apontam população de 155.822.400 habitantes.

Cerca de 100 mil pessoas entram no mercado de trabalho, em um mês

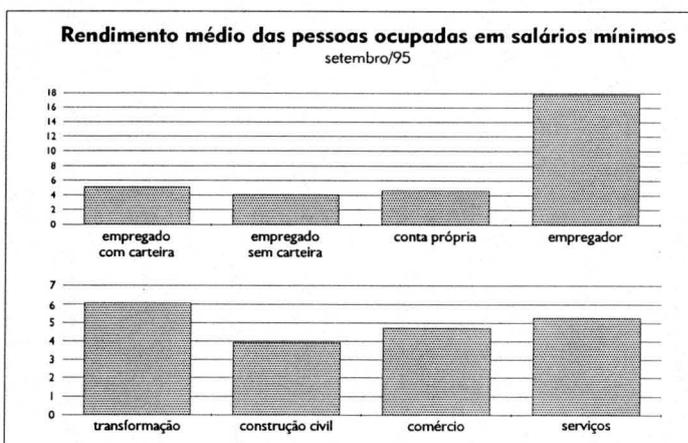
Este contingente é o maior do ano até agora e representa acréscimo de 0,6% de pessoas ocupadas, de setembro para outubro. A *Pesquisa Mensal de Emprego*, que leva em conta seis regiões metropolitanas, aponta: cerca de 40% deste total conseguiu ocupação em São Paulo, principalmente em serviços. Só houve retração no comércio e, em termos de posição na ocupação, do número de empregados com carteira assinada. Foram menos 23 mil pessoas desocupadas, resultado bastante acima dos 15 mil da média.

Na outra ponta, se situou o Rio de Janeiro, com apenas 4% do total de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho. Influência da diminuição de pessoal no comércio e em serviços, além de empregadores e trabalhadores por conta própria. Em um mês, mais 13 mil pessoas estavam procurando trabalho.

Recife: menor taxa de desemprego

O percentual da população economicamente ativa, desocupada e procurando trabalho na semana de referência da pesquisa, passou de 5,19% para 5,09%. Destaque para Recife, cuja taxa média de desemprego aberto baixou cerca de 0,6 ponto percentual. O mesmo ocorreu em Salvador (-0,5pp), embora tenha mantido a taxa mais alta das regiões pesquisadas. Ao contrário, o resultado em Belo Horizonte, bem abaixo da média, foi o que mais subiu: 0,4 ponto percentual.

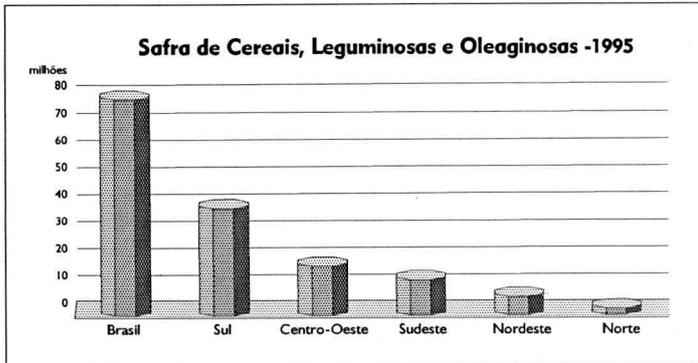
Rendimento médio sobe apenas 0,5%



A *Pesquisa Mensal de Emprego* revela, ainda, que o rendimento médio real das pessoas ocupadas subiu 5,5% em Recife, 3,4% em Salvador e 2,6% no Rio de Janeiro, de agosto para setembro. São Paulo (-0,8%) e Porto Alegre (-0,5%) tiveram variações negativas e Belo Horizonte apre-

sentou estabilidade. Em salários mínimos, o rendimento médio passou de 5,21 para 5,30. Continuam acima desta média, os empregados com carteira assinada, na indústria de transformação, e os que trabalham por conta própria no setor de serviços.

Produção de trigo diminui quase 50% em quatro anos

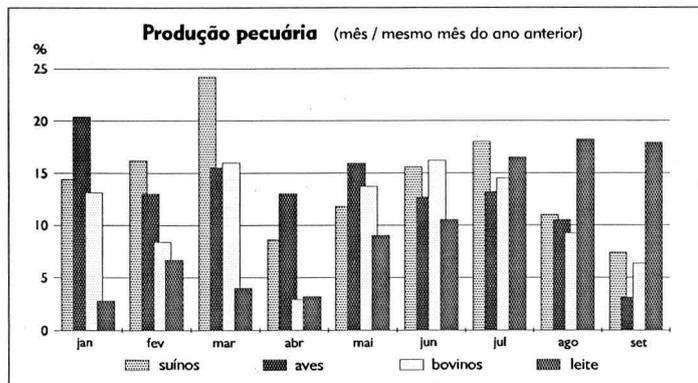


A safra de trigo deve ser 25,4% menor do que a do ano passado. Isto confirma tendência de queda observada nesta década: 2,8 milhões de toneladas, em 1991, e 1,5 em 1995. Torna-se, assim, cada vez maior a distância entre produção e demanda interna, que chega aos 768 milhões de toneladas.

Pelo levantamento feito em

outubro, já perto do fim da colheita, na comparação com a última safra, as estimativas para os outros produtos pesquisados continuaram no mesmo patamar de setembro. E, daqui para a frente, é provável que não ocorram mudanças significativas. Com isso, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas deve ser 6,3% maior do que a de 1994.

Pecuária se expande em todos os setores



A expansão do abate chegou a 14% para os suínos, 12,7% para as aves e 11,2% para os bovinos, de janeiro a setembro, em relação aos nove primeiros meses do ano passado. A produção de carne teve resultados ainda melhores, segundo a *Pesquisa Mensal de Abate de Animais*: a de suínos foi 18,8% superior, a de aves, 14,7% e a de bovinos, 11,7%.

Pela *Pesquisa Mensal de Leite Destinado às Indústrias*, no mesmo período, a quantidade de leite entregue às indústrias acumulou 9,4% de crescimento.

Problemas ambientais da Amazônia se agravam a partir da década de 70

A grande transformação dos ecossistemas da Amazônia em "paisagens humanizadas" tem suas origens no Tratado de Tordesilhas, quando foi efetuado o primeiro zoneamento deste grande espaço. No entanto, a maior transfiguração ocorreu nos últimos 25 anos, quando se deu início a um intenso processo de ocupação incentivada, que não considerou as condições de sustentabilidade ambiental. Estas atividades, sobretudo as de agropecuária, foram responsáveis pelo desmatamento de uma área de cerca de 50 milhões de hectares, o equivalente a duas vezes o estado de São Paulo. No entanto, o diagnóstico realizado pelo IBGE mostra que grande parte do sistema amazônico ainda está preservado.

São 104 sistemas de paisagens naturais

Do ponto de vista da natureza, a Amazônia Legal não é um ecossistema homogêneo, como se pensava, mas uma região complexa, na qual foram identificados 104 sistemas de paisagens naturais. Sua tropicalidade é bastante recente. Se por um lado, as florestas e os rios refletem características tropicais; de outro, os relevos têm formas e cicatrizes que refletem características mais secas e/ou semi-áridas.

Antigos processos de erosão foram reativados

Os desmatamentos de grandes extensões para a formação de pastos ignoraram a vulnerabilidade desses ecossistemas. Isto provocou a reativação de processos de erosão, típicos de condições anteriores à existência das florestas. Exemplo: deslizamentos de terra que acontecem principalmente no Sudoeste do Maranhão; entulhamento de canais fluviais, com aumento progressivo das áreas de enchente, notadamente na Amazônia Oriental; perda generalizada dos poucos solos de origem recente ...

Áreas degradadas podem ser recuperadas

Para se evitar ou aliviar a pressão sobre a floresta primária, minimizando os efeitos do desmatamento, deve ser dada prioridade à recuperação e utilização das áreas degradadas. Para tanto, as tecnologias já identificadas e desenvolvidas para o uso sustentável do solo têm que ser testadas e melhoradas. É evidente, entretanto, que qualquer ação depende, também, de um harmonioso relacionamento com os demais países da Bacia Amazônica.

Para compreender a Amazônia Legal

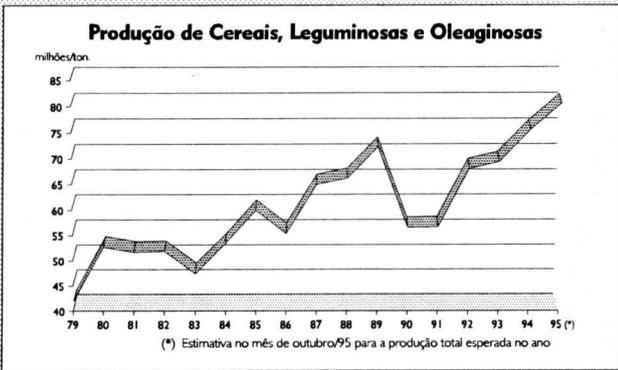
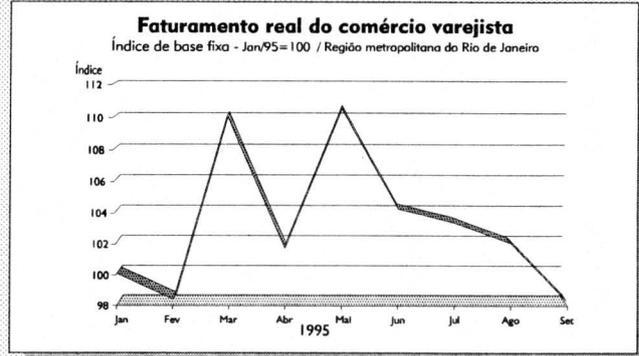
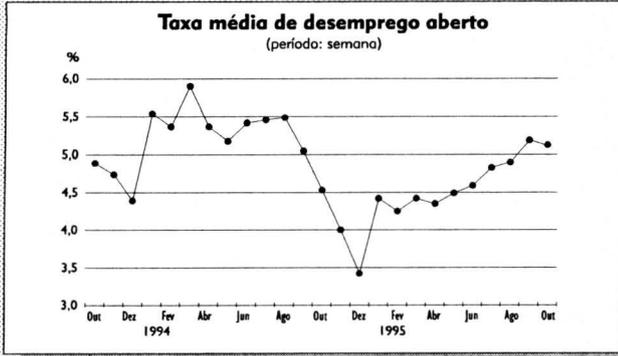
O projeto *Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal* é resultado de convênio do IBGE com a Secretaria de Assuntos Estratégicos iniciado em 1991, e que contou este

ano, para sua finalização, com o apoio da Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável. Foi gerado um banco de dados georreferenciados sobre a Amazônia Legal, (1:2.500.000), com 250 variáveis: geologia, solo, relevo, pluviometria, fluviometria, vegetação, padrões de uso da terra, antropismo, unidades para conservação

da biodiversidade e base cartográfica. Os dados demográficos, em escala municipal, compreendem 200 variáveis para cada um dos 506 municípios existentes no Censo de 1991. Este banco de dados serviu de base para a criação de um *Sistema de Informações Geográficas da Amazônia Legal*, que permite a elaboração de mapas temáticos e

que combinam, de diferentes formas, os dados disponíveis; e para um diagnóstico preliminar da Amazônia Legal realizado pelo IBGE, além de uma série de outros trabalhos realizados pela FBDS. Uma vez liberado pela SAE, este conjunto de dados e informações estará à disposição dos usuários em diferentes formatos.





INDICADORES CONJUNTURAIS

- **PRODUTO INTERNO BRUTO** (índices trimestrais)
 - Total (1980=100)
 - Agropecuária (1980=100)
 - Indústria (1980=100)
 - Serviços (1980=100)
- **PRODUÇÃO AGRÍCOLA** (milhões de toneladas)
 - Total de cereais, leguminosas e oleaginosas (3)
- **PRODUÇÃO INDUSTRIAL** (índices mensais)
 - Total (média de 1991=100)
 - Bens de capital (média de 1991=100)
 - Bens intermediários (média de 1991=100)
 - Bens de consumo duráveis (média de 1991=100)
 - Bens de consumo não-duráveis (média de 1991=100)
- **COMÉRCIO VAREJISTA** (índices mensais) (5)
 - Faturamento (jan/95=100) (6)
 - Emprego Assalariado (jan/95=100)
 - Salários e outras Remunerações (jan/95=100) (6)
- **MERCADO DE TRABALHO**
 - Taxa média de desemprego aberto (%) (7)
 - Rendimento médio real (índice mensal, jul/94=100) (8)
 - Empregados com carteira assinada
 - Empregados sem carteira assinada
 - Conta-própria
 - Emprego industrial (índice mensal, 1985=100) (9)
 - Salário médio real na indústria (índice mensal, 1985=100) (10)
- **PREÇOS**
 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (dez/93=100)
 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (dez/93=100)
 - Índice Nacional de Preços ao Consum. Amplo Especial - IPCA-E (dez/93=100)
 - Custo médio da construção civil (R\$ / m²)

PERÍODO DE REFERÊNCIA	NÍVEL	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR
1995/ III	130,71 (1)	-1,27 (1)	5,33 (2)
1995/ III	156,25 (1)	-0,01 (1)	5,75 (2)
1995/ III	108,07 (1)	-3,54 (1)	4,81 (2)
1995/ III	149,68 (1)	0,34 (1)	5,67 (2)
Outubro (*)	79,926	-	6,32 (4)
Setembro	113,11	1,77 (1)	-6,69
Setembro	107,62	-2,28 (1)	-20,94
Setembro	108,47	1,72 (1)	-6,06
Setembro	145,40	-4,04 (1)	4,35
Setembro	115,17	2,46 (1)	-3,64
Setembro	98,24	-3,67	-
Setembro	94,22	-2,26	-
Setembro	104,87	-4,23	-
Outubro (*)	5,09	-1,93	12,36
Setembro (*)	119,85	0,44	13,41
Setembro (*)	111,57	0,48	10,62
Setembro (*)	127,66	0,42	21,49
Setembro (*)	132,80	2,66	21,50
Setembro	78,84	-0,99	-4,67
Setembro	117,15	-0,37	11,01
Outubro	1.216,84	1,40	23,79
Outubro	1.207,37	1,41	24,21
Jul/Ago/Set	-	5,13 (11)	-
Outubro	309,12	0,29	24,14

NOTAS: (1) Série com ajuste sazonal. (2) Taxa acumulada no ano. (3) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (caroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada e sorgo). (4) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (5) Resultados da pesquisa mensal de comércio para a região metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Deflacionado pelo IPCA da região metropolitana do Rio de Janeiro. (7) Taxa média de desemprego aberto (semana), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (8) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (9) PESSOAL ocupado na produção. (10) Deflacionado pelo INPC. (11) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre. (*) Novo nesta quinzena.